

As análises conjuntas de raça/cor que os autores fazem com outras variáveis remete à interseccionalidade. Quanto à renda, por exemplo, verifica-se que entre candidatos sem patrimônio declarado há proporcionalmente menos brancos. O contrário também é o caso: os candidatos com patrimônio declarado alto são majoritariamente brancos, chegando a ter proporções duas vezes às dos não brancos (28,5% dos brancos declararam ter mais de R\$100mil, contra 14,9% não brancos).

Com relação à escolaridade, no Rio, o percentual de negros é menor entre os candidatos que completaram o Ensino Médio, decresce progressivamente entre os que iniciaram o Ensino Superior até os que completaram os estudos universitários.

Em São Paulo, o percentual de negros é menor em todos os níveis educacionais. Os autores verificaram ainda que não brancos angariam 37% menos recursos de campanha do que brancos. Mulheres recebem 69% menos do que homens, e pessoas com ensino superior recebem 65% a mais do que aqueles sem esse nível de instrução. Outro achado importante é o de que certas ocupações profissionais são capazes de substituir a importância de ter Ensino Superior para angariar recursos de campanha.

Em outro trabalho, dessa vez co-autoral com Filipe Recch, Luiz Campos e Carlos Machado identificam desigualdades eleitorais e raciais por meio de análises de regressão dos quantis de votos recebidos. Assim, constatam que candidatos negros recebem 40% menos votos que candidatos brancos em quantis mais altos de distribuição de votos. Identificaram também que candidaturas negras em média conseguem arrecadar o equivalente a apenas 75% dos recursos arrecadados por candidaturas brancas em quantis altos (no quantil 80, e apenas 65% no quantil 90) (Machado, Campos, & Recch, 2019).

Classe, raça, etnia, gênero e nível educacional em interação

Em artigo específico sobre eleições estaduais, e a despeito da diferença de proporção de homens e mulheres concorrendo, (campos_competicao_?) encontram percentuais praticamente equivalentes da distribuição de homens e mulheres em quase todas as variáveis observadas (à exceção do estado civil):

“O grau de instrução, considerado um fator importante para um melhor desempenho eleitoral, é praticamente o mesmo entre candidatas e candidatos (...). Em ambos os casos, predominam candidaturas com ensino superior completo. Homens concentram 45.9% de suas candidaturas nesse nível de educação enquanto mulheres concentram 43.4% (...). O mesmo ocorre quando comparamos a cor/raça de homens e mulheres. Candidatos que se declararam brancos foram predominantes na disputa de 2018: 50.1% entre os homens e 49.1 % entre as mulheres. Em seguida vêm as candidaturas pardas com 39.1% entre homens e 36.9% entre mulheres. Apenas essas duas faixas de autodeclaração concentram 89.2% dos homens e 86% das mulheres que disputaram as eleições em 2018. Negros, amarelos e indígenas estão entre o restante de candidaturas em número bastante inferior, revelando, também, uma alta desigualdade na oferta de candidaturas por cor/raça” (L. F. Campos et al., 2020, pp. 594–596)

Portanto, ainda que haja numericamente menos mulheres concorrendo, nas proporções de ambos os sexos predominam candidaturas de ensino superior e brancos - sendo mais um exemplo de interseccionalidade a favorecer estes grupos em detrimento dos demais.

Também há estudos que, tratando ou não diretamente de questões eleitorais, acabam evidenciando desigualdades interseccionais. É o caso, por exemplo, de Castro (2020)(). Nesse texto, o autor traça o perfil de parlamentares em três legislaturas para investigar em que medida características individuais influenciaram comportamentos dos representantes. Olhando especificamente para a 55ª Legislatura, Castro demonstra a subrepresentação de alguns grupos e a super representação de outros na Câmara dos Deputados. Segundo estimativas do estudo, em 2015, 64,7% dos deputados eram homens brancos de classe média-alta ou milionários; apenas 20,1% eram pessoas de ambos os gêneros não-brancas; e 9% eram mulheres, sendo 2,5% mulheres de classe baixa e 1,9% mulheres não-brancas.

4 O CONSENSO SOBRE REGRAS E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Que solução há para tais desigualdades? Gerir tais disparidades (e quem sabe diminuí-las) não origina confrontos? A respeito do conflito iminente em situações de busca por direitos e desafio ao status quo, Mouffe propõe a democracia agonística. No modelo agonístico, a democracia serviria para canalizar tensões sociais. O antagonismo oriundo de assimetrias, de demandas por igualdade, dá lugar ao consenso em torno de regras, valores e procedimentos Miguel (2014).

Cabe resgatar aqui argumento delineado por Miguel (2014)() em crítica ao modelo agonístico proposto por Mouffe (1992)(). Sujeitar embates e tensões à democracia pressupõe concordância ou pelo menos aceitação das regras que norteiam o processo político democrático (Miguel, 2014, p. 29). Só que: >> “O Estado, os mecanismos da democracia representativa e o mercado de trabalho, por exemplo, operam de forma desfavorável às classes trabalhadoras, às mulheres ou à população negra, seja porque se veem em relação de dependência a diferentes formas de capital, seja porque naturalizam as assimetrias na distribuição desses capitais (...). Para os grupos dominados, os espaços preestabelecidos de ação política são brechas, conquistadas muitas vezes em embates anteriores, mas também um terreno desfavorável, orientado à reprodução das hierarquias existentes” (Miguel, 2014, pp. 32–34).

Portanto, o antagonismo político minimizado ou negligenciado por Mouffe é na verdade uma manifestação de resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade. As regras que norteiam o jogo político não são neutras. Elas carregam o gene da dominação vigente. Se entrecruzam com interseccionalidades para reproduzir a um só tempo o privilégio de uns e a desigualdade de outros.

5 BASES INSTITUCIONAIS DA DESIGUALDADE

Passamos por estudos que avaliam as desigualdades políticas à luz de variáveis sociodemográficas. Vimos alguns trabalhos que analisam efeitos negativos de interseccionalidades incidindo sobre determinados grupos, em diversas esferas - inclusive a política.

Na lógica que vem se desenhando, as interseccionalidades concorrem em desvantagens sistemáticas sobre os mesmos grupos de indivíduos, em diversas esferas de suas vidas. Quando um indivíduo ou grupo enfrenta desigualdade em uma dimensão, é mais provável que acumule sobre si desigualdades em outras dimensões.

Se estiver correta nossa dedução sobre estruturas sociais atuarem em prol da permanência de elites ou de indivíduos no poder, então deveremos encontrar em plena atividade instituições políticas e sociais que reforçam as interseccionalidades - positivamente, em benefício das elites; ou negativamente, em prejuízo dos grupos aliados do poder. Vejamos, pois, alguns indicativos da literatura sobre os efeitos de certas instituições políticas em funcionamento.